

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

Lei da Pesquisa Clínica é regulamentada para atrair investimentos em inovação

Foi regulamentada, em 2025, a Lei da Pesquisa Clínica, um marco para o desenvolvimento científico e a saúde no Brasil. A legislação traz mais segurança jurídica, atrai investimentos em inovação e impulsiona um setor estratégico para o desenvolvimento científico e industrial do país, ao mesmo tempo em que fortalece a segurança e a proteção dos participantes, garantindo que os avanços ocorram de forma ética e responsável.

O Brasil está entre os 20 países no ranking global de estudos clínicos, mas participa de menos de 2% da pesquisa clínica mundial. O país tem potencial de estar entre as dez nações mais relevantes do mundo nessa área. A expectativa é que a nova legislação impulse esse crescimento.

Em 2024, o Brasil registrou 254 estudos clínicos. A expectativa é dobrar esse número e reverter a tendência de queda a partir de 2022, quando os marcos regulatórios de outros países se tornaram mais competitivos. Com uma população de aproximadamente 214 milhões de pessoas e ampla diversidade genética e cultural, o país reúne condições únicas para atrair investimentos de instituições mundiais e gerar impactos positivos para o fortalecimento do SUS.

O novo modelo, que está alinhado às melhores práticas internacionais, reduz de 180 dias para 30 dias o processo de avaliação dos projetos pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs). A avaliação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) será de até 90 dias úteis. Já as pesquisas estratégicas para o SUS e as situações emergenciais serão avaliadas em até 15 dias úteis.

A nova lei determina que, em casos de doenças graves e sem alternativas de tratamento, os pacientes que apresentarem benefícios comprovados tenham garantida a continuidade do tratamento por até cinco anos após o término da pesquisa, mediante plano prévio aprovado pelo CEP. A oferta do medicamento pode ser encerrada ainda em situações como decisão do participante, cura, surgimento de alternativa terapêutica, ausência de benefício ou ocorrência de reação adversa grave.

A proteção aos participantes também foi reforçada, com a definição do consentimento livre e de esclarecimentos mais detalhados. Regras específicas para pesquisas com grupos vulneráveis foram definidas para assegurar tratamento ético diferenciado e mais segurança.

Internet: <gov.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 1 O trecho “A legislação traz mais segurança jurídica” pode ser reescrito, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto, da seguinte forma: **Mais segurança jurídica é trazida pela legislação**.
- 2 No fragmento “os pacientes que apresentarem benefícios comprovados”, a forma verbal “apresentarem”, que está no futuro do subjuntivo, foi empregada para indicar hipótese ou condição relativa a eventos futuros.
- 3 No trecho “Foi regulamentada, em 2025, a Lei da Pesquisa Clínica, um marco para o desenvolvimento científico e a saúde no Brasil”, a palavra “marco” pode ser substituída, sem alteração do sentido original do texto, por **fronteira**, mantendo-se a coerência e a correção gramatical.
- 4 No fragmento “O novo modelo, que está alinhado às melhores práticas internacionais, reduz de 180 dias para 30 dias o processo de avaliação dos projetos pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs)”, as vírgulas são dispensáveis, pois a oração contida entre elas restringe o sentido do substantivo “modelo”, indicando qual dos modelos existentes está sendo mencionado.
- 5 O trecho “A oferta do medicamento pode ser encerrada ainda em situações como decisão do participante, cura, surgimento de alternativa terapêutica, ausência de benefício ou ocorrência de reação adversa grave” apresenta linguagem técnico-jurídica compatível com o gênero normativo, evidenciada pelo uso de substantivos abstratos que descrevem hipóteses normativas de forma impessoal e enumerativa, o que consiste em um recurso típico da redação legislativa.
- 6 Em “A avaliação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) será de até 90 dias úteis”, a forma verbal “será” está no futuro do presente e poderia ser substituída, sem alteração do sentido original do texto, pelo presente do indicativo “é”, uma vez que a lei já foi regulamentada e os seus prazos já estão em vigor.
- 7 O texto pertence ao tipo textual narrativo, uma vez que relata um evento ocorrido em 2025, apresentando personagens institucionais, sequência temporal e desfecho relacionado à regulamentação da lei.

- 8 Em “ao mesmo tempo em que fortalece a segurança e a proteção dos participantes”, a expressão “ao mesmo tempo em que” estabelece uma relação de simultaneidade entre as ações descritas, indicando que o fortalecimento da segurança dos participantes ocorre concomitantemente aos demais efeitos atribuídos à legislação.

Texto para os itens de 9 a 16.

Dados genéticos e proteção da privacidade: biobancos e a aplicação da LGPD

A informação genética ocupa um lugar peculiar no sistema jurídico por seu caráter híbrido. É, ao mesmo tempo, um dado individual, profundamente identitário, e um dado relacional, com implicações para familiares, grupos étnicos e até populações inteiras.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) classificou os dados genéticos como sensíveis, sujeitando-os a um regime mais rigoroso de tratamento. Entretanto, os dispositivos legais revelam-se insuficientes diante da complexidade das novas práticas envolvendo bancos de dados genômicos, especialmente os biobancos. Esses repositórios, públicos ou privados, armazenam material biológico humano e informações genéticas com fins de pesquisa, diagnóstico ou desenvolvimento tecnológico, e vêm sendo utilizados cada vez mais por empresas farmacêuticas, instituições acadêmicas e corporações internacionais.

A LGPD exige que o consentimento para o tratamento de dados sensíveis seja livre, informado, inequívoco e vinculado a finalidades específicas. No entanto, a prática da pesquisa científica, especialmente em genética, frequentemente demanda o uso futuro e não previsto dos dados. Isso gera impasses jurídicos quanto à validade do consentimento amplo.

Ademais, a promessa de anonimização como instrumento de proteção de dados genéticos revela-se, em muitos casos, ilusória. Devido à singularidade do genoma, à possibilidade de cruzamento com bancos públicos e ao avanço de ferramentas de reidentificação, a suposta anonimização pode ser revertida, colocando em risco a confidencialidade e a segurança do titular.

O risco de mercantilização da informação genética, sobretudo no setor privado, também deve ser enfrentado com seriedade. O crescimento de empresas que oferecem testes genéticos diretos ao consumidor ilustra uma nova forma de economia de dados, em que a genômica se converte em produto de mercado.

Portanto, mais do que adequar a prática científica aos limites da LGPD, é necessário repensar os próprios fundamentos da regulação da genética humana. O direito à privacidade, a proteção contra a discriminação genética e a defesa do bem comum devem ser os pilares de uma nova abordagem jurídica – mais protetiva, preventiva e participativa. Sem isso, o risco é transformar o avanço biotecnológico em um vetor de exclusão, vigilância e exploração.

Internet: <www.conjur.com.br> (com adaptações).

Acerca do texto e dos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 9 No trecho “o risco é transformar o avanço biotecnológico em um vetor de exclusão, vigilância e exploração”, o vocábulo “vetor” está empregado em sentido conotativo.
- 10 Na construção “Entretanto, os dispositivos legais revelam-se insuficientes”, o adjetivo “insuficientes” pode ser substituído, sem alteração do sentido original do texto, pelo seu antônimo **suficientes**, desde que o conectivo “Entretanto” seja suprimido, mantendo-se a coerência do parágrafo.
- 11 No período “A LGPD exige que o consentimento para o tratamento de dados sensíveis seja livre, informado, inequívoco e vinculado a finalidades específicas”, a forma verbal “seja” poderia ser substituída pelo presente do indicativo “é”, sem prejuízo da correção gramatical do texto, uma vez que a exigência legal descrita tem caráter permanente e já está em vigor.
- 12 No trecho “A LGPD exige que o consentimento para o tratamento de dados sensíveis seja livre, informado, inequívoco e vinculado a finalidades específicas”, a oração introduzida pela conjunção “que” exerce a função de objeto direto do verbo “exigir”.
- 13 O texto apresenta linguagem predominantemente subjetiva, característica do gênero expositivo de opinião, o que se evidencia pelo uso de adjetivos valorativos como “ilusória” e pela conclusão que defende uma nova abordagem jurídica.
- 14 No trecho “É, ao mesmo tempo, um dado individual, profundamente identitário, e um dado relacional”, a vírgula antes de “e um dado relacional” é dispensável, pois a conjunção “e” já é suficiente para separar os dois elementos coordenados.
- 15 Em “Ademais, a promessa de anonimização como instrumento de proteção de dados genéticos revela-se, em muitos casos, ilusória”, o conectivo “ademais” poderia ser substituído por **portanto**, sem prejuízo para o sentido original do texto.
- 16 O período “O risco de mercantilização da informação genética, sobretudo no setor privado, também deve ser enfrentado com seriedade” pode ser reescrito, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto, da seguinte forma: **Deve-se também enfrentar com seriedade o risco de mercantilização da informação genética, sobretudo no setor privado.**

Em uma competição de salto com vara, 10 atletas obtiveram, em metros, as marcas 4,60, 4,70, 4,75, 4,80, 4,80, 4,85, 4,90 e 5,00, além das marcas de Gabriel e de Mayko. Sabe-se que a média dos 8 saltos já informados foi igual a 4,80 m, que a média dos 10 saltos foi igual a 4,84 m e que Gabriel saltou 20 cm a mais do que Mayko.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 17 O salto de Gabriel foi de 5,10 m.
- 18 A mediana dos 10 saltos foi igual a 4,80 m.
- 19 O conjunto dos 10 saltos apresenta uma única moda.

Poliana está organizando uma dinâmica de grupo com 10 participantes.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 20** O número de maneiras de escolher, entre os 10 participantes, um líder e um vice-líder para a dinâmica é igual a 90.
- 21** O número de maneiras distintas de dispor os 10 participantes em uma roda é igual a 10!.
- 22** O número de maneiras de dividir os 10 participantes em 3 grupos, sendo 2 grupos com 3 pessoas e um grupo com 4 pessoas, é igual a 4.200.

Admitindo-se que as proposições “Todo jardineiro é fiel”, “Davi é fiel” e “Leonardo é jardineiro” sejam verdadeiras, julgue os itens a seguir.

- 23** A proposição “Se Davi não é jardineiro, então Leonardo é fiel” é verdadeira.
- 24** É possível que a proposição “Davi é jardineiro ou Leonardo é fiel” seja falsa.
- 25** A negação da proposição “Todo jardineiro é fiel” é “Nenhum jardineiro é fiel”.

Em um *show* de rock, 123 pessoas foram entrevistadas. Cada uma delas respondeu “sim” ou “não” à pergunta a respeito de saber tocar baixo, bateria e guitarra. Verificou-se que 47 pessoas sabiam tocar baixo, 29 sabiam tocar bateria e 76 sabiam tocar guitarra. Além disso, 11 declararam saber tocar baixo e bateria, 18 declararam saber tocar baixo e guitarra, 7 declararam saber tocar bateria e guitarra, e 3 afirmaram saber tocar os 3 instrumentos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 26** Exatamente 21 entrevistados declararam saber tocar somente baixo.
- 27** Exatamente 89 entrevistados declararam saber tocar somente um desses 3 instrumentos.
- 28** Apenas 4 entrevistados declararam não saber tocar nenhum desses 3 instrumentos.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca de conceitos fundamentais de informática, de sistemas operacionais, de redes de computadores e de navegadores, julgue os itens a seguir.

- 29** A distinção entre *hardware* e *software* implica reconhecer que dispositivos físicos como teclado e monitor pertencem à categoria de *hardware*, enquanto os programas que permitem utilizar esses dispositivos são classificados como *software*.

- 30** Durante o acesso a um *site* institucional, o navegador pode estabelecer conexões com servidores para solicitar recursos por meio do protocolo HTTP, sendo possível que intermediários de rede armazenem cópias desses recursos para acelerar acessos futuros.
- 31** Em redes corporativas, o acesso à Internet ocorre como consequência natural da existência de uma intranet, pois ambas representam a mesma rede de comunicação utilizada pela organização.
- 32** Durante o acesso aos sistemas institucionais por meio de navegadores, o processamento das funcionalidades da aplicação ocorre no computador do usuário, enquanto o servidor atua apenas como um repositório de páginas.

Quanto às ferramentas de comunicação digital, aos aplicativos de escritório, à segurança da informação e às tecnologias digitais, julgue os itens seguintes.

- 33** No uso de correio eletrônico, o envio de uma mensagem depende da presença simultânea do remetente e do destinatário conectados à Internet, para que a comunicação possa ocorrer.
- 34** No contexto da segurança da informação, a atuação do *firewall* consiste em analisar o conteúdo de arquivos armazenados no computador, com o objetivo de identificar códigos maliciosos presentes nesses arquivos.
- 35** As ferramentas de busca na Internet organizam informações disponíveis na *web* por meio de processos de coleta e de indexação de páginas, permitindo recuperar conteúdos relacionados aos termos pesquisados.
- 36** Em aplicativos de apresentação eletrônica, a utilização de elementos visuais, como gráficos e imagens, pode contribuir para tornar a exposição de informações mais clara e compreensível.

Em relação ao uso de aplicativos de escritório, às ferramentas de comunicação digital, à navegação na Internet, à segurança da informação e à organização de dados em ambientes computacionais, julgue os itens a seguir.

- 37** Nos editores de texto utilizados em ambientes corporativos, os recursos de formatação permitem alterar a aparência do conteúdo de um documento, sem modificar, necessariamente, as informações escritas no texto.
- 38** Durante a navegação em um *site* da Internet, o navegador passa a integrar a infraestrutura de rede responsável por hospedar as páginas acessadas.
- 39** Em planilhas eletrônicas, os dados podem ser organizados em células dispostas em linhas e colunas, permitindo a manipulação e a análise das informações registradas.
- 40** No contexto da segurança da informação, as políticas de proteção de dados podem incluir procedimentos voltados à prevenção de acesso não autorizado e à preservação da integridade das informações.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

A ética na função pública e os princípios constitucionais que regem a Administração Pública estruturam o regime jurídico-administrativo, influenciando a validade, a legitimidade e a conformidade da atuação estatal. À luz dessas premissas, julgue os itens a seguir.

- 41** A ética na função pública impõe ao agente público atuação orientada pelo interesse público primário, vedando a prevalência de interesses particulares no exercício da função administrativa.
- 42** O princípio da moralidade administrativa possui natureza meramente ética, não se qualificando, portanto, como parâmetro jurídico autônomo para o controle de validade dos atos administrativos.
- 43** A conformidade da atuação administrativa com o princípio da legalidade não afasta a exigência de observância concomitante dos princípios da moralidade e da impessoalidade.
- 44** À luz do art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988, a atuação administrativa pressupõe a observância integrada da legalidade, da moralidade e da finalidade pública no exercício da função estatal.

A Lei nº 8.429/1992 disciplina os atos de improbidade administrativa, os seus elementos constitutivos, as espécies e as sanções aplicáveis, conforme a redação vigente. A partir dessa informação, julgue os itens a seguir, conforme esse diploma legal.

- 45** A aplicação da sanção de perda da função pública por ato de improbidade administrativa exige previsão expressa na sentença condenatória, não decorrendo automaticamente da simples prática do ato ímprobo.
- 46** Após as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, admite-se a responsabilização por ato de improbidade administrativa fundada exclusivamente em culpa, desde que seja comprovado prejuízo ao erário.
- 47** O agente público responderá por ato de improbidade administrativa, ainda que um terceiro também tenha concorrido para a prática do ilícito ou dele se beneficiado.
- 48** A condenação por ato de improbidade administrativa pode fundamentar-se em tipo aberto ou em princípios genéricos da Administração Pública, ainda que a conduta não esteja expressamente tipificada nos artigos. 9º, 10 ou 11 da Lei nº 8.429/1992.

A Lei nº 9.784/1999 estabelece normas básicas a respeito do processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal, disciplinando os princípios, os direitos dos administrados, os deveres da Administração e os critérios de formação, motivação e controle das decisões administrativas.

- 49** No processo administrativo federal, é assegurado ao administrado o direito de apresentar alegações e documentos antes da decisão final, como expressão do contraditório e da ampla defesa.
- 50** A Administração pode decidir processos administrativos sem motivação quando a decisão se fundar em discricionariedade administrativa.
- 51** A Lei nº 9.784/1999 impõe à Administração Pública o dever de decidir explicitamente as solicitações ou as reclamações formuladas pelos administrados em prazo razoável.
- 52** No processo administrativo federal, a autoridade competente pode delegar parte de suas atribuições, sendo vedada a delegação para edição de atos normativos, de decisão de recursos administrativos e de matérias de competência exclusiva.
- 53** A avocação de competência pode ser exercida em caráter permanente sempre que a autoridade superior a considerar conveniente.
- 54** A Administração Pública pode rever os seus próprios atos quando estes estiverem eivados de vício de legalidade, independentemente de provocação do interessado.

A Lei nº 12.527/2011 disciplina o acesso a informações no âmbito da Administração Pública, estabelecendo regras sobre transparência, classificação, restrição e responsabilização decorrente da negativa indevida de acesso.

- 55** A Lei nº 12.527/2011 consagra o acesso à informação como regra e o sigilo como exceção no âmbito da Administração Pública.
- 56** O pedido de acesso à informação dirigido à Administração Pública deve ser acompanhado de justificativa quanto à finalidade pretendida pelo requerente.
- 57** Informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem têm acesso restrito pelo prazo máximo de 100 anos, contado da data de sua produção.
- 58** A informação classificada como secreta possui prazo máximo de restrição de acesso de 25 anos, sendo admitida uma única prorrogação por igual período.
- 59** A classificação de informação como ultrassecreta sujeita-se ao prazo máximo de restrição de acesso de 25 anos, sendo admitida uma única prorrogação por igual período.

A Lei nº 13.709/2018 estabelece regras para o tratamento de dados pessoais no âmbito público e privado, disciplinando princípios, bases legais, direitos dos titulares e responsabilidades dos agentes de tratamento. Com base nessa informação, julgue os itens a seguir, a partir desse diploma legal.

- 60** A Lei nº 13.709/2018 aplica-se exclusivamente às operações de tratamento de dados pessoais realizadas por empresas privadas.
- 61** Nos termos da Lei nº 13.709/2018, considera-se dado pessoal sensível aquele que revele origem racial ou étnica, convicção religiosa ou dado biométrico vinculado à pessoa natural.
- 62** O tratamento de dados pessoais pelo Poder Público depende, necessariamente, do consentimento prévio e expresso do titular, ainda que realizado para execução de políticas públicas previstas em Lei.
- 63** Compete à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) fiscalizar o cumprimento da Lei nº 13.709/2018 e aplicar as sanções administrativas em caso de infração à legislação de proteção de dados pessoais.
- 64** O titular dos dados pessoais tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem os seus interesses, sendo inclusas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo ou de crédito.
- 65** O consentimento para o tratamento de dados pessoais pode ser concedido de forma genérica, desde que o controlador, posteriormente, especifique as finalidades do tratamento.
- 66** A aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 13.709/2018 compete à ANPD, devendo-se ser observadas as garantias do devido processo administrativo.
- 67** No exercício de suas competências regulatórias e fiscalizatórias, a ANPD deve observar o princípio da mínima intervenção na atividade econômica.
- 68** As normas de caráter geral editadas pela ANPD independem de consulta pública, podendo ser expedidas diretamente para assegurar uma maior celeridade regulatória.
- 69** A Lei nº 13.709/2018 admite a coordenação e a atuação cooperativa entre a ANPD e os órgãos ou as entidades reguladoras setoriais.
- 70** A Lei nº 13.709/2018 exclui a aplicação de outros direitos e de outras garantias previstos no ordenamento jurídico que sejam relacionados à proteção da privacidade e da personalidade.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca das funções administrativas e a sua aplicação prática no contexto de conselhos profissionais, julgue os itens a seguir.

- 71** As funções administrativas de planejamento, de organização, de direção e de controle, embora tradicionalmente apresentadas de forma sequencial, são interdependentes e podem ocorrer simultaneamente no cotidiano organizacional, exigindo do gestor a capacidade de integrar essas dimensões de forma sistêmica.
- 72** A função controle, por ser a última etapa do ciclo administrativo, deve ser exercida exclusivamente ao final de cada período de planejamento, quando os resultados já estão consolidados e não há mais possibilidade de ajustes nas ações em curso.
- 73** Na administração de materiais aplicada a conselhos profissionais, o controle de estoque de suprimentos de escritório deve considerar variáveis como prazo de reposição, sazonalidade de demanda e custos de armazenagem, visando evitar tanto a ruptura de estoque quanto a imobilização excessiva de recursos.
- 74** Os manuais administrativos, ao padronizarem procedimentos e documentarem rotinas organizacionais, tendem a engessar a atuação dos servidores e a desestimular a aprendizagem organizacional, razão pela qual a sua utilização deve ser restrita às atividades meramente burocráticas, sendo desaconselhável em processos que demandem tomada de decisão ou análise técnica.
- 75** A análise de processos administrativos, pela ótica de organização e métodos (O&M), deve priorizar a eliminação do maior número possível de etapas, de formulários e de registros, ainda que isso implique a supressão de controles considerados secundários, pois a simplificação radical dos fluxos é o principal objetivo da racionalização administrativa moderna.

No que diz respeito à estrutura, ao funcionamento e à gestão de processos administrativos em conselhos profissionais, julgue os itens seguintes.

- 76** Os conselhos profissionais, enquanto autarquias federais, exercem poder de polícia administrativa sob as respectivas profissões regulamentadas, incluindo as atribuições de fiscalização do exercício profissional, a aplicação de penalidades e a manutenção de registro de profissionais habilitados.
- 77** A tramitação de processos administrativos em conselhos profissionais dispensa a observância de princípios como o contraditório e a ampla defesa quando se tratar de procedimentos internos de natureza meramente ordinatória ou de gestão, aplicando-se tais garantias exclusivamente aos processos ético-disciplinares.

- 78** O controle e o registro de processos ético-disciplinares deve observar rigorosos critérios de confidencialidade até decisão final transitada, compatibilizando a transparência institucional com a proteção à imagem e com a presunção de inocência do profissional investigado.
- 79** No protocolo de documentos, o registro corresponde à análise do conteúdo do documento para determinar o seu assunto e o seu destino adequado, enquanto a classificação consiste apenas na atribuição de número sequencial e de anotação de dados essenciais para o controle de tramitação.

De acordo com a comunicação formal institucional e as técnicas de elaboração de documentos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 80** Os ofícios, por serem correspondências oficiais externas, devem seguir o padrão de redação formal, que é caracterizado por apresentar linguagem impessoal, clareza, concisão, uso de norma culta e estrutura padronizada contendo vocativo, texto e fecho, além de identificação do signatário e do órgão expedidor.
- 81** As atas de reuniões, para terem validade jurídica, devem ser redigidas sem qualquer rasura, emenda ou entrelinhas, sendo obrigatória a lavratura à mão em livro próprio e a vedação ao uso de meios eletrônicos ou digitais de registro.
- 82** Os pareceres técnicos ou jurídicos, ao analisarem questões submetidas à apreciação, devem apresentar fundamentação consistente, indicação de normas e precedentes aplicáveis, análise crítica e conclusão expressa, podendo ser opinativos (sugestivos) ou vinculantes, conforme previsão legal.
- 83** Os relatórios institucionais, diferentemente dos documentos meramente descritivos, devem apresentar análise crítica dos dados, contextualização de resultados, identificação de tendências e, quando for pertinente, proposição de recomendações fundamentadas para subsidiar a tomada de decisão.

No que concerne à comunicação institucional, ao relacionamento interpessoal e ao trabalho em equipe, julgue os itens a seguir.

- 84** A comunicação assertiva no ambiente organizacional caracteriza-se pela capacidade de expressar as opiniões, as necessidades e os limites de forma clara e respeitosa, sem agressividade ou passividade, preservando os direitos próprios e os alheios.
- 85** As técnicas eficazes de atendimento ao público incluem a escuta ativa, a demonstração de interesse genuíno, o uso de linguagem acessível, a postura receptiva e a capacidade de personalizar o atendimento conforme o perfil do interlocutor, sejam conselheiros, profissionais ou cidadãos.

- 86** A empatia no contexto profissional implica, necessariamente, concordar com as posições e com os sentimentos do interlocutor, devendo o servidor sempre validar e acatar as demandas apresentadas para demonstrar a compreensão adequada.
- 87** Conflitos no ambiente organizacional, mesmo quando aparentemente bem administrados, tendem a fragilizar as relações de confiança e devem ser evitados ao máximo, razão pela qual a gestão de pessoas deve priorizar a supressão das divergências e a rápida restauração de consenso, em vez de estimular o debate e a confrontação de ideias entre os membros da equipe.
- 88** O trabalho em equipe eficaz depende principalmente da boa vontade individual dos membros em colaborar espontaneamente, sendo desnecessária a definição formal de objetivos, a distribuição explícita de papéis ou a atuação de uma liderança estruturada, pois tais mecanismos podem engessar a dinâmica do grupo e reduzir sua criatividade.
- 89** A inteligência emocional no ambiente profissional restringe-se à capacidade de controlar completamente as emoções negativas, evitando demonstrar sentimentos no local de trabalho, uma vez que a exposição emocional, ainda que moderada, tende a prejudicar a imagem de profissionalismo e a autoridade do servidor perante os colegas e os usuários.

Quanto às noções de direito administrativo aplicáveis à atuação de conselhos profissionais, julgue os itens seguintes.

- 90** Os conselhos profissionais integram a administração indireta, especificamente a categoria de autarquias especiais, caracterizando-se por personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, e vinculação (não subordinação) ao órgão da Administração Direta correspondente.
- 91** As empresas públicas e as sociedades de economia mista, embora integrem a administração indireta, distinguem-se quanto à natureza jurídica, pois as empresas públicas possuem exclusivamente capital público, enquanto as sociedades de economia mista combinam capital público e privado, sendo ambas regidas predominantemente pelo direito privado com derrogações publicísticas.
- 92** Os atos administrativos são dotados de presunção de legitimidade e veracidade, atributo que inverte o ônus da prova (cabe ao interessado provar irregularidade) e permite a execução imediata, independentemente de decisão judicial prévia, salvo situações excepcionais de ilegalidade manifesta.
- 93** Os cinco requisitos de validade dos atos administrativos (competência, finalidade, forma, motivo e objeto) devem estar presentes cumulativamente, sendo que o vício em qualquer um deles pode conduzir à invalidação do ato, seja por anulação (ilegalidade) ou por revogação (inconveniência).
- 94** Os agentes públicos constituem uma categoria ampla que abrange todos aqueles que exercem uma função pública, ainda que transitoriamente e sem remuneração, incluindo os servidores estatutários, os empregados públicos, os ocupantes de cargos em comissão, os contratados temporários e os particulares em colaboração com o Poder Público.
- 95** O cargo público é o lugar instituído na organização do serviço público, com denominação própria, atribuições específicas e estipêndio correspondente, sendo de provimento efetivo ou em comissão. Já a função pública consiste apenas no conjunto de atribuições, sem constituir unidade individualizada. Por fim, o emprego público é regido pela CLT, com peculiaridades publicísticas.

No que diz respeito à gestão documental, ao arquivamento e à segurança da informação, julgue os itens a seguir.

- 96** As tabelas de temporalidade documental estabelecem prazos de guarda e destinação final de documentos (a eliminação ou a guarda permanente) com base na análise de valor primário (administrativo, legal, fiscal) e secundário (histórico, probatório, informativo), racionalizando a gestão e reduzindo os custos de armazenagem.
- 97** Os métodos de arquivamento físico mais utilizados incluem o alfabético, o numérico, o geográfico e o temático, devendo a escolha considerar apenas a frequência de consulta e o volume de documentos, uma vez que a natureza dos conteúdos e o grau de sigilo não interferem na definição do método mais adequado, sendo desnecessária a combinação de métodos em um mesmo sistema de arquivos.
- 98** A gestão eletrônica de documentos (GED) engloba a captura, o armazenamento, a indexação, a recuperação e o controle de documentos digitais, utilizando tecnologias como OCR, digitalização, metadados e sistemas de *workflow*, visando agilizar processos, reduzir papel e facilitar acesso controlado à informação.
- 99** As boas práticas de segurança da informação em gestão de arquivos incluem controle de acesso que se baseia em perfis, *backup* periódico, criptografia de dados sensíveis, trilhas de auditoria, políticas de senhas robustas e treinamento de usuários, observando-se os princípios de confidencialidade, integridade e disponibilidade.
- 100** A elaboração e o controle de prontuários eletrônicos dispensa a observância de requisitos de autenticidade, de integridade e de temporalidade aplicáveis a documentos físicos, uma vez que os sistemas informatizados garantem automaticamente a validade jurídica e probatória dos registros digitais.

A respeito da Resolução RDC/ANVISA nº 302/2005, julgue o item seguinte.

101 Um profissional que esteja legalmente habilitado para atuar como responsável técnico pode assumir a responsabilidade técnica por número ilimitado de laboratórios clínicos, desde que todos estejam regularmente cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

Acerca das Instruções Normativas CFBM (I.N CFBM) nº 1/2025, nº 4/2015, nº 2/2019 e nº 1/2012, julgue os itens a seguir.

102 De acordo com a I.N CFBM nº 01/2025, o biomédico habilitado em hematologia (mielograma) pode realizar a leitura de lâminas e emitir laudos de mielograma, sendo vedada a coleta do material biológico destinado a essa análise, ainda que esse profissional possua experiência comprovada na área.

103 Segundo a I.N CFBM nº 4/2015, o biomédico habilitado em biomedicina estética poderá realizar a implantação de fios de sustentação por meio de técnicas invasivas cirúrgicas, desde que o produto utilizado seja absorvível e aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

104 Conforme a I.N CFBM nº 2/2019, é correto afirmar que o biomédico legalmente habilitado em toxicologia está capacitado para realizar a coleta de matrizes biológicas e não biológicas, identificar e quantificar agentes tóxicos e atuar em áreas como toxicologia ambiental, clínica, forense e ocupacional.

105 Nos termos da I.N CFBM nº 1/2012, o biomédico pode assumir responsabilidade técnica por clínica de estética e realizar procedimentos como mesoterapia e intradermoterapia, enquanto o técnico em estética pode realizar limpeza de pele e eletroterapia, sendo vedada, portanto, a atuação de forma autônoma em técnicas invasivas.

À luz da Lei nº 6.684/79, julgue os itens seguintes.

106 Compete aos Conselhos Regionais fixar o valor das anuidades, das taxas, dos emolumentos e das multas devidos pelos profissionais e pelas empresas registrados em sua jurisdição.

107 O exercício simultâneo da profissão em áreas de jurisdição de dois ou mais Conselhos Regionais dispensa o cumprimento das exigências estabelecidas pelo Conselho Federal, desde que o profissional esteja regularmente inscrito em um deles.

108 O pagamento da anuidade ao Conselho Regional constitui requisito para o exercício regular da profissão, podendo a suspensão por inadimplência cessar com a quitação do débito.

109 Embora os Conselhos Federal e Regionais de Biomedicina sejam dotados de poder normativo e disciplinar, a imposição de penalidade ética somente poderá ocorrer após apuração formal, sendo assegurados o contraditório e a ampla defesa, bem como vedada a aplicação automática de sanções com base apenas na constatação da infração.

A respeito das Resoluções CFBM nº 78/2002, nº 184/2010, nº 234/2013, nº 241/2014, nº 299/2018 e nº 365/2023, julgue os itens a seguir.

110 Segundo a Resolução nº 78/2002, o biomédico poderá assumir responsabilidade técnica por até três estabelecimentos, ainda que localizados em municípios distintos. Todavia, para tal, é necessário haver compatibilidade de horários.

111 Conforme a Resolução nº 184/2010, o biomédico especializado em auditoria pode participar individualmente ou em equipe de auditorias na área da saúde, inclusive com acesso a prontuários e a pareceres médicos, devendo-se observar o dever de sigilo profissional.

112 De acordo com a Resolução nº 234/2013, no diagnóstico por imagem por ultrassonografia, o biomédico habilitado pode operar equipamentos e emitir laudo diagnóstico de forma autônoma, independentemente de supervisão médica.

113 Considerando a Resolução nº 241/2014, compete ao biomédico a prescrição de formulações magistrais ou de referência de cosméticos e de *peelings* químicos, enzimáticos ou biológicos, incluindo tretinoína de uso tópico, desde que sejam observadas as normas da Anvisa.

114 Nos termos da Resolução nº 299/2018, o uso do desoxicolato de sódio permanece permitido ao biomédico desde que observadas as normas da Anvisa e que o procedimento seja realizado em ambiente clínico adequado.

115 Conforme versa a Resolução nº 365/2023, amplia-se a competência do biomédico para prescrever medicamentos à base de canabidiol, desde que estes sejam destinados ao tratamento de doenças reconhecidas cientificamente.

No que concerne à Resolução CFBM nº 330/2020, que regulamenta o novo Código de Ética do Profissional Biomédico, julgue os itens seguintes.

116 A reincidência específica em infração ética pode ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do exercício profissional por prazo máximo de quatro anos, sendo vedada, nessa hipótese, a aplicação da penalidade de cancelamento do registro.

117 A violação do sigilo profissional pelo biomédico pode ensejar penalidade de multa e suspensão do exercício profissional, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

118 Decorridos cinco anos do trânsito em julgado de penalidade aplicada pela comissão de ética, o registro da sanção poderá ser cancelado, mediante a solicitação do profissional, desde que, nesse período, ele não tenha cometido nova infração disciplinar da mesma natureza.

119 O responsável técnico, ainda que não seja sócio da pessoa jurídica, responde solidariamente pelas infrações éticas cometidas no âmbito técnico da instituição, inclusive quanto à publicidade irregular realizada pela empresa.

120 A condenação definitiva em processo ético-administrativo impede o profissional de participar das eleições da categoria por oito anos, restrição que também se aplica aos casos de condenação criminal ou por improbidade administrativa.